

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

Exmo. Senhor
Dr. João Bezerra da Silva
Chefe de Gabinete
da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
1596	30.11.2022	N.º: ENT.: 7435/2022 PROC. N.º:	29-12-2022

Assunto: Pergunta n.º 921/XV/1ª de 30 de novembro de 2022

Em resposta à supramencionada pergunta, apresentada ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, pelos Deputados eleitos pelo Grupo Parlamentar do PSD, cumpre informar, de acordo com a informação obtida junto da Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus, que não compete ao Governo determinar o sentido de voto de nenhum dos deputados nacionais ao Parlamento Europeu.

Desde a invasão da Ucrânia por parte da Rússia, na madrugada de dia 24 de fevereiro, que a posição do Governo português tem sido de reiterada e inequívoca condenação da atuação do regime russo. Desde logo a nível político, mas também através de atos concretos, tendo contribuído de forma decisiva para a aprovação dos nove pacotes de sanções que a União Europeia aplicou à Federação da Rússia desde o início do conflito.

Este é um ato de guerra inaceitável, injustificado e contrário ao Direito Internacional. Assim, além da condenação do agressor, o Governo tem vindo a apoiar a Ucrânia e o seu povo de forma convicta e sustentada nas várias frentes:

1. A nível humanitário, nomeadamente com a atribuição de mais de 55 mil proteções temporárias a refugiados oriundos da Ucrânia no nosso País, e de apoio financeiro concedido a países vizinhos, como a Polónia, que tem sido o destino preferencial dos civis que fogem da guerra;
2. A nível financeiro, através de um acordo celebrado entre o Senhor Primeiro-Ministro e o Primeiro-Ministro da Ucrânia aquando da sua visita a Kiev, em maio de 2022, que estabeleceu um apoio na ordem dos 250 milhões de euros ao Governo ucraniano, bem como

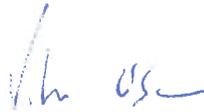
na alocação de recursos e assistência técnica para a reconstrução do país invadido, assumindo-se um compromisso especial no apoio à reconstrução de escolas;

3. A nível militar, quer com material letal, quer com material não letal;
4. A nível político, mostrando solidariedade perante as pretensões europeístas da Ucrânia e apoiando tecnicamente o Governo ucraniano no processo de adesão à UE;
5. A nível diplomático, com uma intensa e permanente comunicação entre os representantes dos dois países e através de diligências para a condenação da invasão nas organizações multilaterais internacionais.

Não restam por isso quaisquer dúvidas quanto à posição do Governo neste conflito.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe do Gabinete



Vítor Escária